



## CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO I S.A.

CNPJ nº 14.496.492/0001-62

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

| Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)  |                       |                | Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais) |                 |            |  |  |  |
|---|-----------------------|----------------|--|-----------------|------------|--|--|--|
|   | Nota 31/12/2024       | 31/12/2023     |  | Nota 31/12/2024 | 31/12/2023 |  |  |  |
| <b>ATIVO</b>  |                       |                | <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  |                 |            |  |  |  |
| <b>Circulante</b>   |                       |                | <b>Circulante</b>  |                 |            |  |  |  |
| Caixa e equivalente de caixa  | 10                    | 20.638         | 2.821  | 12              | 1.884      |  |  |  |
| Concessionárias   | 11                    | 2.928          | 3.371  | 20              | 1.261      |  |  |  |
| Impostos a compensar  | 12                    | 624            | 345  | 21              | 6.571      |  |  |  |
| Cauções e depósitos vinculados  | 14                    | 14.420         | 25.962   | 23              | 18.455     |  |  |  |
| Estoque de material de manutenção   | 15                    | 23             | 23   | 24              | 10.546     |  |  |  |
| Adiantamento a fornecedores   | 16                    | 133            | 133  |                 | 163        |  |  |  |
| Despesas antecipadas  | 17                    | 58             | 46   |                 |            |  |  |  |
| Outros créditos   | 17                    | 4              | 2  |                 |            |  |  |  |
| <b>Total do ativo</b>   | <b>132.521</b>        | <b>130.443</b> | <b>28.171</b>  | <b>19.572</b>   |            |  |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.   |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| <b>Não circulante</b>   |                       |                | <b>Não circulante</b>  |                 |            |  |  |  |
| Cauções e depósitos vinculados  | 14                    | 3.353          | 3.456  | 21              | 41.910     |  |  |  |
| Imobilizado   | 18                    | 89.263         | 93.158   | 22              | 1.025      |  |  |  |
| Intangível  | 19                    | 1.077          | 1.127  | 23              | 9.526      |  |  |  |
| <b>Total do ativo</b>   | <b>93.693</b>         | <b>97.741</b>  | <b>52.461</b>  | <b>58.532</b>   |            |  |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.   |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| <b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>  |                       |                | <b>Total do passivo</b>  |                 |            |  |  |  |
| A Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. ("Companhia" ou "Baixa do Feijão I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2011, controlada pela EDP Renováveis Brasil S.A. (EDPR), tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, implantação, operação, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Baixa do Feijão I, e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codig 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 83, Lapa do Baixo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. <b>1.1. Autorização do Parque Eólico Baixa do Feijão I:</b> A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 471 de 10 de agosto de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Baixa do Feijão I, constituída de 15 Unidades Geradoras de 2.000 KW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada e 14.800 KW médios de garantia física de energia, localizada no município de Jandira no estado do Rio Grande do Norte. A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, sendo o início em 14 de agosto de 2012 e o término em 14 de agosto de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da autorizada. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em junho de 2016. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.   |                       |                | <b>Reservas de lucros</b>  |                 |            |  |  |  |
| <b>Usinas Eólicas</b>   |                       |                | <b>Total do patrimônio líquido</b>   |                 |            | <b>Total do patrimônio líquido</b>           |  |  |
| <b>EOL Baixa do Feijão I</b>  |                       |                | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>   |                 |            | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |  |  |
| Modalidade  | Produtor Independente |                |  |                 |            |  |  |  |
| Outorga   | Autorização           |                |  |                 |            |  |  |  |
| Estado  | RN                    |                |  |                 |            |  |  |  |
| Capacidade instalada (MW)   | 30,00                 |                |  |                 |            |  |  |  |
| Energia assegurada (nm)   | 14.50                 |                |  |                 |            |  |  |  |
| Ano do início da operação   | 2016                  |                |  |                 |            |  |  |  |
| Autorização / Registro  | Inicio                | 14/08/2012     |  |                 |            |  |  |  |
|   | Término               | 13/08/2047     |  |                 |            |  |  |  |
| <b>Constrained-off:</b> Em 2019, a ANEEL instaurou a audiência pública nº 034 para tratar da regulamentação referente aos procedimentos e critérios para apuração do montante e respectivo resarcimento em decorrência de restrição de operação por <i>constrained-off</i> de usinas elétricas conectadas em rede básica ou demais instalações de transmissão (DIT) e que são despatchadas centralizadamente ou parte de conjuntos de usinas consideradas na programação da operação. Simultaneamente, estabeleceu à CCEE a suspensão dos resarcimentos estabelecidos em contratos de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (CCEAR) e na contratação de energia de reserva apurados a partir de agosto de 2019, relativos a usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de <i>constrained-off</i> à ANEEL, como consubstanciado no Despacho nº 2.303, de 20 de agosto de 2019 ("Despacho"). O Despacho não trata, porém, das usinas que não possuem os referidos contratos. Em outubro de 2020, a ANEEL publicou Nota Técnica com a análise das contribuições e nova minuta de normativa, na qual estabelece que somente os eventos de restrição por <i>constrained-off</i> ocorridos a partir do 7º mês civil após a publicação da normativa estarão submetidos ao novo regramento, excluindo os casos sobrestados referentes às usinas com contratos tanto no ambiente regulado quanto no livre. Em março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927, atual Resolução Normativa nº 1030 de 2022, que estabeleceu critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por <i>constrained-off</i> de usinas eólicas. Dentro dos critérios definidos estão as classificações de eventos, o escopo quanto à modalidade de despatcho das usinas, a forma de cálculo da energia não fornecida, a forma da valoração da energia não fornecida, a forma de alocação de riscos ordinários e extraordinários relativos ao <i>constrained-off</i> , as responsabilidades dos agentes de geração, do Operador Nacional do Sistema Elétrico -ONS e da CCEE, a forma de pagamento pelos eventos de <i>constrained-off</i> , bem como os pagantes. No entanto, entende-se que os eventos provocados por restrições elétricas em instalações externas às usinas eólicas são motivadores de resarcimento. Além disso, a REN 927 definiu pela segregação da apuração dos eventos de restrição de operação por <i>constrained-off</i> , apenas por razão de indisponibilidades externas, das usinas ou conjunto de usinas eólicas de acordo com o momento de sua ocorrência, a saber: passado - regra transitória (de janeiro de 2018 a setembro de 2021) e futuro - regra definitiva (a partir de outubro de 2021). No período transitório, a restrição de operação foi calculada apenas para as usinas com contratos regulados, CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado) por disponibilidade e CER (Contrato de Energia de Reserva), sendo que a partir de abril de 2021, a restrição foi calculada de maneira automática para todas as usinas impactadas e antes de abril de 2021, o cálculo foi realizado apenas para usinas, com estes contratos regulados específicos, que tiveram o reconhecimento das restrições aprovados pela ANEEL. Já os eventos futuros, reconhecidos pela regra definitiva, a partir de outubro de 2021, inclui que a apuração e resarcimento ocorrerá para usinas contratadas tanto no mercado regulado quanto livre, mantendo os eventos de restrição de operação apenas por razão de indisponibilidades externas. Entretanto, apesar da abertura da Consulta Pública da ANEEL nº 22/2022, apresentação das propostas de regras de comercialização de energia da CCEE e contribuição de várias empresas do setor, ainda não houve feedback dessa Consulta Pública com a aprovação das Regras de Comercialização definitivas que serão aplicadas. A partir do momento em que as regras definitivas sejam aprovadas, a CCEE irá implementar as regras no sistema e irá realizar a recontabilização do mercado, desde outubro de 2021 (usinas eólicas). No momento em que houver a recontabilização, o resarcimento só ocorrerá quando os eventos de indisponibilidade externa por restrições elétricas superarem um período mínimo de horas definidos (atualmente 61 horas), e que podem ser revisados anualmente pelo ONS. De acordo com a avaliação do histórico dos eventos resultantes de "constrained-off" das usinas da EDP Renováveis Brasil, o montante de horas não superou o mínimo supracitado, não havendo, portanto, resarcimento devido. Cabe ainda destacar que houve atualização da redação na Resolução Normativa nº 1030 pela Resolução Normativa 1073 de 2023, que incluiu a possibilidade de usinas fotovoltaicas, do ambiente de contratação livre e regulado, terem o reconhecimento de restrição por <i>constrained-off</i> , a partir de eventos de 1º de abril de 2024, de eventos de indisponibilidade externa por restrições elétricas superando um período mínimo de horas (atualmente 30 horas e 30 minutos). |                       |                | <b>Capital social</b>  |                 |            |  |  |  |
| <b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b>  |                       |                | <b>Reservas de lucros</b>  |                 |            | <b>Reservas</b>                              |  |  |
| <b>2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avalia a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àsquelas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de abril de 2025.  |                       |                | <b>Lucros</b>  |                 |            | <b>Total</b>                                 |  |  |
| <b>2.2. Bases de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação da suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.  |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| <b>3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO</b>   |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.   |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| <b>4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS</b>  |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. • <b>Provisão para arrendamento:</b> reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 23); • <b>Impobilizado:</b> determinação da vida útil e do valor residual, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº 18); • <b>Intangível:</b> teste de redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 25); • <b>Provisão para riscos tributários, tributários e cíveis:</b> reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 32).   |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| <b>5. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>   |                       |                |  |                 |            |  |  |  |
| As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com baixo risco de variação no futuro de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) <b>Concessionárias:</b> Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) <b>Impobilizado:</b> Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ). No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (restituição) e o custo do imobilizado é reavaliado para o valor recuperável. d) <b>Intangível:</b> teste de redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 18); e) <b>Valor adicionado:</b> Ativo financeiro: São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do valor contábil líquido do imobilizado e intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventuais alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil líquido do imobilizado e intangível é reconhecido se a perda é permanente. f) <b>Demais ativos circulantes e não circulantes:</b> São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. g) <b>Operações de arrendamento:</b> No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato  |                       |                |  |                 |            |  |  |  |

| Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais) |                 |            | Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais) |                 |            |
|--|-----------------|------------|--|-----------------|------------|
|  | Nota 31/12/2024 | 31/12/2023 |  | Nota 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| <b>ATIVO</b>   |                 |            | <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  |                 |            |
| <b>Circulante</b>  |                 |            | <b>Circulante</b>  |                 |            |
| Caixa e equivalente de caixa   | 10              | 20.638     | 2.821  | 12              | 1.884      |
| Concessionárias  | 11              | 2.928      | 3.371  | 20              | 1.261      |
| Impostos a compensar   | 12              | 624        | 345  | 21              | 6.571      |
| Cauções e depósitos vinculados   | 14              | 14.420     | 25.962   | 23              | 18.455     |
| Estoque de material de manutenção  | 15              | 23         | 23   | 24              | 10.546     |
| Adiantamento a fornecedores  | 16              | 133        | 133  |                 | 163        |
| Despesas antecipadas   | 17              | 58         | 46   |                 |            |

...continuação

## 10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|                                     | 31/12/2024    | 31/12/2023   |
|-------------------------------------|---------------|--------------|
| Bancos conta movimento              | 220           | 1.019        |
| Aplicações financeiras – renda fixa | 20.418        | 1.802        |
| <b>Total</b>                        | <b>20.638</b> | <b>2.821</b> |

As aplicações financeiras de curto prazo mantidas em 31 de dezembro de 2024 são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante equivalente de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia tem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente à Certificação do Depósito Bancário - CDB, remunerados a uma taxa média de 96,43% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média do CDI foi de 10,88%. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 29). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (nota explicativa nº 27).

## 11. CONCESSIONÁRIAS

A composição da conta concessionárias é como segue:

|                  | 31/12/2024   | 31/12/2023   |
|------------------|--------------|--------------|
| Mercado regulado | 2.913        | 3.371        |
| Mercado livre    | 15           | -            |
| <b>Total</b>     | <b>2.928</b> | <b>3.371</b> |

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto pelos seguintes valores: mercado regulado R\$ 2.913 (R\$ 3.371 em 31 de dezembro de 2023) (100% em 2023) e mercado livre R\$15 (R\$0,00 em 31 de dezembro de 2023) pelos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da Companhia com as 25 distribuidoras elétricas – CCEAR. A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2024. Composição por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro:

|                 | 31/12/2024   | 31/12/2023   |
|-----------------|--------------|--------------|
| A vencer        | 2.914        | 3.341        |
| Até 30 dias     | -            | 2            |
| Mais de 60 dias | -            | 2            |
| Mais de 1 ano   | 13           | 28           |
| <b>Total</b>    | <b>2.928</b> | <b>3.371</b> |

Os valores dos contratos da CCEAR, tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de renda fixa independente, sobre garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEAR realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, sobre a ótica de quatro cenários, conforme segue.

## Geração x Montante

| Cenários | Contrato                 | Resultados  |
|----------|--------------------------|---|
| 1        | Abaixo de 90%            | Ressarcimento Anual a CCEE  |
| 2        | Entre 90% a 100%         | Não gerar resarcimento anual e pode gerar resarcimento quadrienal   |
| 3        | Entre 100% a 130%        | Gera saldo positivo na apuração quadrienal  |
| 4        | Acima de 130% contratual | Gera recebimento, valorizado ao PLD no mercado de curto prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso |

Em 2019 a Companhia finalizou seu primeiro ciclo quadrienal na apuração e a Companhia ficou enquadrada no cenário 2. Em 2020, a Companhia iniciou seu segundo ciclo de quadrienal, finalizado em 2023. O resultado da apuração quadrienal está registrado na rubrica outras contas a pagar (nota explicativa nº 23).

## 12. IMPОСTOS A COMPENSAR E A PAGAR

Os impostos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue abaixo:

|                                   | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Impostos a compensar              |            |            |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 621        | 343        |
| ICMS                              | 1          | -          |
| Outros                            | 2          | 2          |
| <b>Total</b>                      | <b>624</b> | <b>345</b> |

## Passivo a recolher

| Imposto de renda e CSLL                                     | 1.807        | 1.538        |
|---|--------------|--------------|
| PIS e COFINS  | 62           | 25           |
| PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros   | 3            | 29           |
| IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros | 1            | 5            |
| ICMS  | 5            | 5            |
| ISS   | 4            | 8            |
| Outros  | 2            | -            |
| <b>Total</b>  | <b>1.884</b> | <b>1.615</b> |

## 13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

| Objeto do contrato                 | Contraparte                | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------------|----------------------------|------------|------------|
| Passivo                            |                            |            |            |
| Fornecedores                       |                            |            |            |
| Compartilhamento de atividades (a) | EDP Renováveis Brasil      | 210        | 151        |
| Operação remota (b)                | EDP Transmissão Goiás S. A | 6          | -          |
| <b>Total</b>                       | <b>216</b>                 | <b>151</b> |            |

## Dividendos

| Dividendos a pagar | EDP Renováveis Brasil | 78         |
|--------------------|-----------------------|------------|
| Dividendos a pagar | China Three Gorges    | 75         |
| <b>Total</b>       | <b>216</b>            | <b>304</b> |

## Objeto do contrato

| Contraparte                        | 31/12/2024                 | 31/12/2023 |
|------------------------------------|----------------------------|------------|
| Passivo                            |                            |            |
| Fornecedores                       |                            |            |
| Compartilhamento de atividades (a) | EDP Renováveis Brasil      | 210        |
| Operação remota (b)                | EDP Transmissão Goiás S. A | 6          |
| <b>Total</b>                       | <b>216</b>                 | <b>151</b> |

## Dividendos

| Dividendos a pagar | EDP Renováveis Brasil | 78         |
|--------------------|-----------------------|------------|
| Dividendos a pagar | China Three Gorges    | 75         |
| <b>Total</b>       | <b>216</b>            | <b>304</b> |

## Objeto do contrato

| Contraparte                        | 31/12/2024  | 31/12/2023   |
|------------------------------------|---|--------------|
| Passivo                            |   |              |
| Fornecedores                       |   |              |
| Compartilhamento de atividades (a) | EDP Renováveis Brasil                                   | (654)        |
| Operação remota (b)                | EDP Transmissão Goiás S. A                              | (40)         |
| Compartilhamento de custos (a)     | EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia, S.A. | (320)        |
| <b>Total</b>                       | <b>(1.038)</b>  | <b>(615)</b> |

(a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, corrigido anualmente pelo IPCA. (b) Contrato de monitoramento de operação e manutenção do parque eólico, relacionadas as atividades: Assuntos energéticos; Assuntos de intervenções e área administrativa técnica da operação. O valor do serviço é corrigido anualmente pelo IPCA. 13.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. que tem como investidora a controladora final EDP – Energias de Portugal S.A. 13.2. Remunerando dos administradores: A direção da companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Elétrica Baixa do Feijão I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daquelas definidas pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

## 14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

As cauções e depósitos vinculados de empréstimos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue:

|   | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|---|---------------|---------------|
| Cauções e depósitos vinculados de empréstimos | 17.773        | 29.418        |
| <b>Total</b>                                  | <b>17.773</b> | <b>29.418</b> |

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o pagamento de reembolso das dívidas com o BNDES, em caso de não pagamento das dívidas, devidamente comprovadas, pelo prazo de 120 dias.

As dívidas com o BNDES são apresentadas líquidas entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue:

|                     | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|---------------------|---------------|---------------|
| Dívidas com o BNDES | 17.773        | 29.418        |
| <b>Total</b>        | <b>17.773</b> | <b>29.418</b> |

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o BNDES, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o pagamento de reembolso das dívidas com o BNDES, em caso de não pagamento das dívidas, devidamente comprovadas, pelo prazo de 120 dias.

As dívidas com o BNDES são apresentadas líquidas entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue:

|  | 31/12/20 |
| --- | --- |

...continuação

**CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO I S.A. | CNPJ nº 14.496.492/0001-62**

dez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

### 30. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

#### 30.1. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

|                       | <b>≤ 1 ano</b> | <b>1 - 3 anos</b> | <b>3 - 5 anos</b> | <b>&gt; 5 anos</b> | <b>Total</b>  |
|-----------------------|----------------|-------------------|-------------------|--------------------|---------------|
| Obrigações de compras | 15.537         | 523               | -                 | -                  | <b>16.061</b> |
| Locações operacionais | 609            | -                 | -                 | -                  | <b>609</b>    |
| <b>Total</b>          | <b>16.146</b>  | <b>523</b>        | -                 | -                  | <b>16.670</b> |

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem, essencialmente, acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Companhia. **30.2. Responsabilidades com locações operacionais:** A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 30 e 35 anos e poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA. **30.3. Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **Compromisso associado ao contra-**

Aos Administradores e Acionistas

**Central Eólica Baixa do Feijão I S.A.**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmen-

to de comercialização de energia no ambiente regulado; A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2016 a 31 de dezembro 2035. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

#### 31. GARANTIAS

##### Tipos de garantias oferecida

|                     | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Depósito Caupão (a) | 3                 | 3                 |
| Penhor de ações (b) | 49                | 53                |
| Fiança bancária (c) | 1                 | 1                 |

(a) Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (nota explicativa nº 11). O saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. (b) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financeiro e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia. (c) Fiança Bancária: é um contrato do qual a instituição financeira, que é a fiduciária, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (financiado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

#### 32. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. Riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável são os descritos a seguir. **Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2024, a principal ação versa sobre a cobrança abusiva para emissão / renovação de alvará de localização e funcionamento junto à Prefeitura de Jananá. O valor envolvido atualizado é de R\$11 (2023 - R\$11), e o prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como provável.

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

te denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

#### 33. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

**34. COBERTURA DE SEGUROS**

| <b>31/12/2024</b>        | <b>31/12/2023</b> |
|--------------------------|-------------------|
| Gestão Ambiental / Fauna | (28) (37)         |
| <b>Total</b>             | <b>(28) (37)</b>  |

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ (28) (R\$ (37) em 31 de dezembro de 2023), sendo registrado no resultado do exercício.

#### 35. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

| <b>Descrição</b>       | <b>Ramos da apólice</b> | <b>Limite Máximo de Indenização</b> |
|------------------------|-------------------------|-------------------------------------|
| Ativo imobilizado      | Riscos operacionais     | 171                                 |
| Responsabilidade civil | Geral                   | 100                                 |

**DIRETORIA**

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho

Diretor

**CONTADOR**

Alfredo Antônio Tessari Neto

Contador CRC: 1SP176534/O-5

**36. DOCUMENTO DE AUDITORIA**

São Paulo, 17 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Adriano Formosinho Correia

Contador CRC 1BA029904/O-5

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Toda vez, eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Toda vez, eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à continuidade operacional da Companhia.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações signific